

LGPD

LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS PESSOAIS



01

CONTEXTO GLOBAL



DADOS

Google recebe maior multa já aplicada a dados pessoais na Europa



EXAME

TECNOLOGIA

O escândalo de vazamento de dados do Facebook é muito pior do que parecia

Quantidade de dados pessoais vazados aumentou e a rede social agora diz que todos nós podemos ter sido afetados

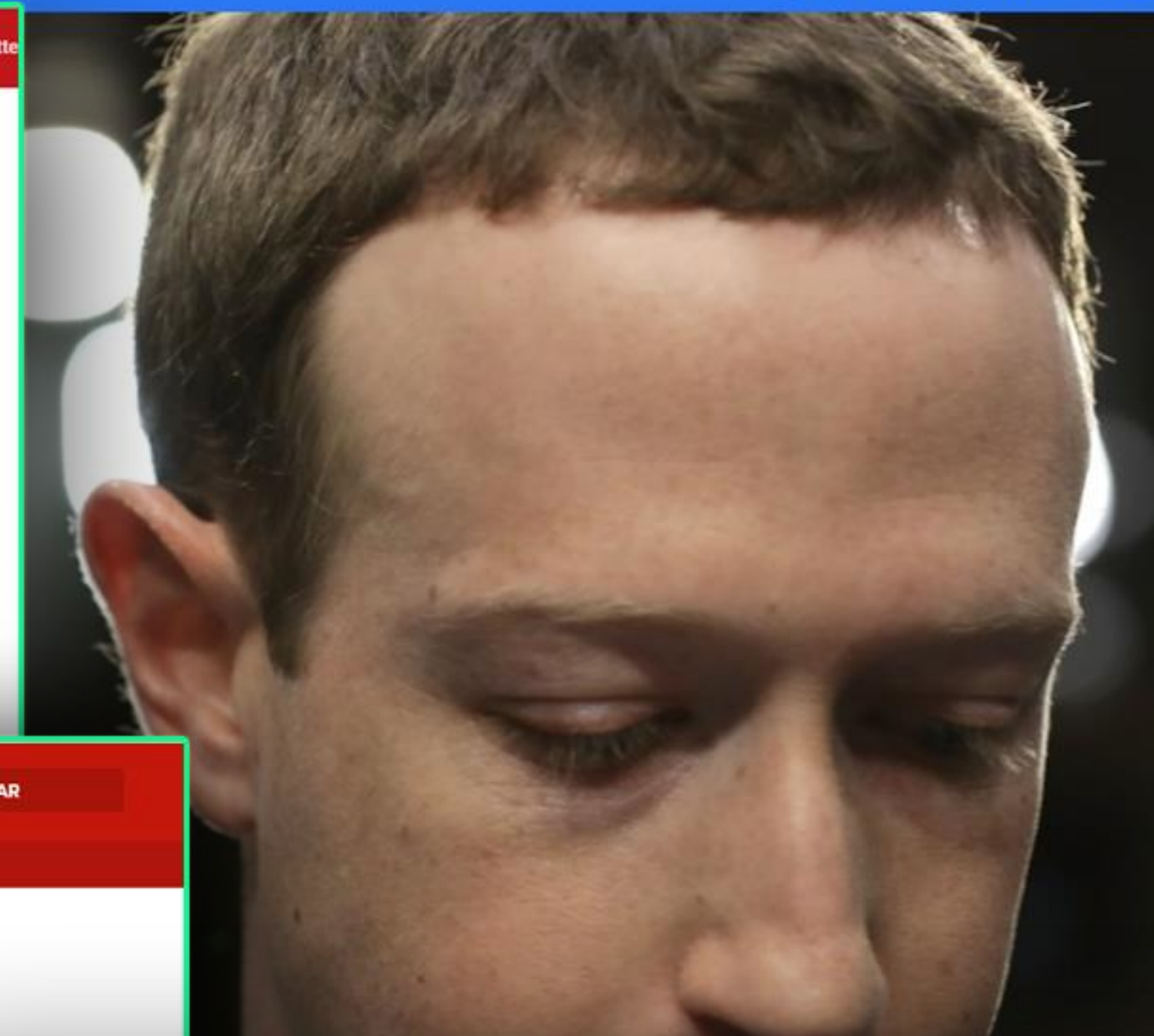
Agência
018, 10h56 - Publicado em 6 abr 2018, 07h00



UOL Notícias

EMAIL CONTA UOL SAC

Moro Previdência EXAME Fórum Compliance Revista Newsletter



MENU G1

ECONOMIA

BUSCAR

TECNOLOGIA

Lei da União Europeia que protege dados pessoais entra em vigor e atinge todo o mundo; entenda

Nova regra exige que vazamento seja avisado em 72 horas e impõe multas duras; apesar de europeia, lei afeta do Facebook ao Google e até empresas no Brasil.

Por Helton Simões Gomes, G1

25/05/2018 05h00 - Atualizado há um ano



DADOS PESSOAIS

Com GDPR, número de notificações de vazamento de dados ultrapassa 41 mil casos

Para advogados, legislação da União Europeia aumentou conscientização sobre direitos de titulares de dados



ALEXANDRE LEORATTI

SÃO PAULO

06/02/2019 09:16
Atualizado em 06/02/2019 às 11:55



vivo**Uber**

A empresa informou em abril que 156 mil brasileiros tiveram seus nomes, telefones e emails [vazados](#) após um ataque sofrido em 2016.

Facebook

O escândalo [Cambridge Analytica](#), que veio à tona em março, afetou 443.117 brasileiros.

Uber

Relembre os principais vazamentos de dados de

CPF e endereço: falha em site da Vivo expõe dados de 24 milhões de clientes

**C&A**

No fim de agosto, a rede varejista sofreu um ciberataque em seu sistema de vale-presente e trocas --mais de 2 milhões de clientes teriam sido afetados.

inter**Netshoes**

Em fevereiro, a Netshoes confirmou um vazamento de dados que afetou cerca 2 milhões de clientes no fim de 2017.

NETSHOES**Banco Inter**

Em agosto, o banco Inter confirmou o vazamento de dados de clientes na internet. Cerca de 19 mil correntistas foram afetados.

02

NO DADOS BRASIL



LINHA DO TEMPO



LEI Nº 8.078/90
CDC



Lei nº 13.709/2018
LGPD

1988

1990

2014

2018

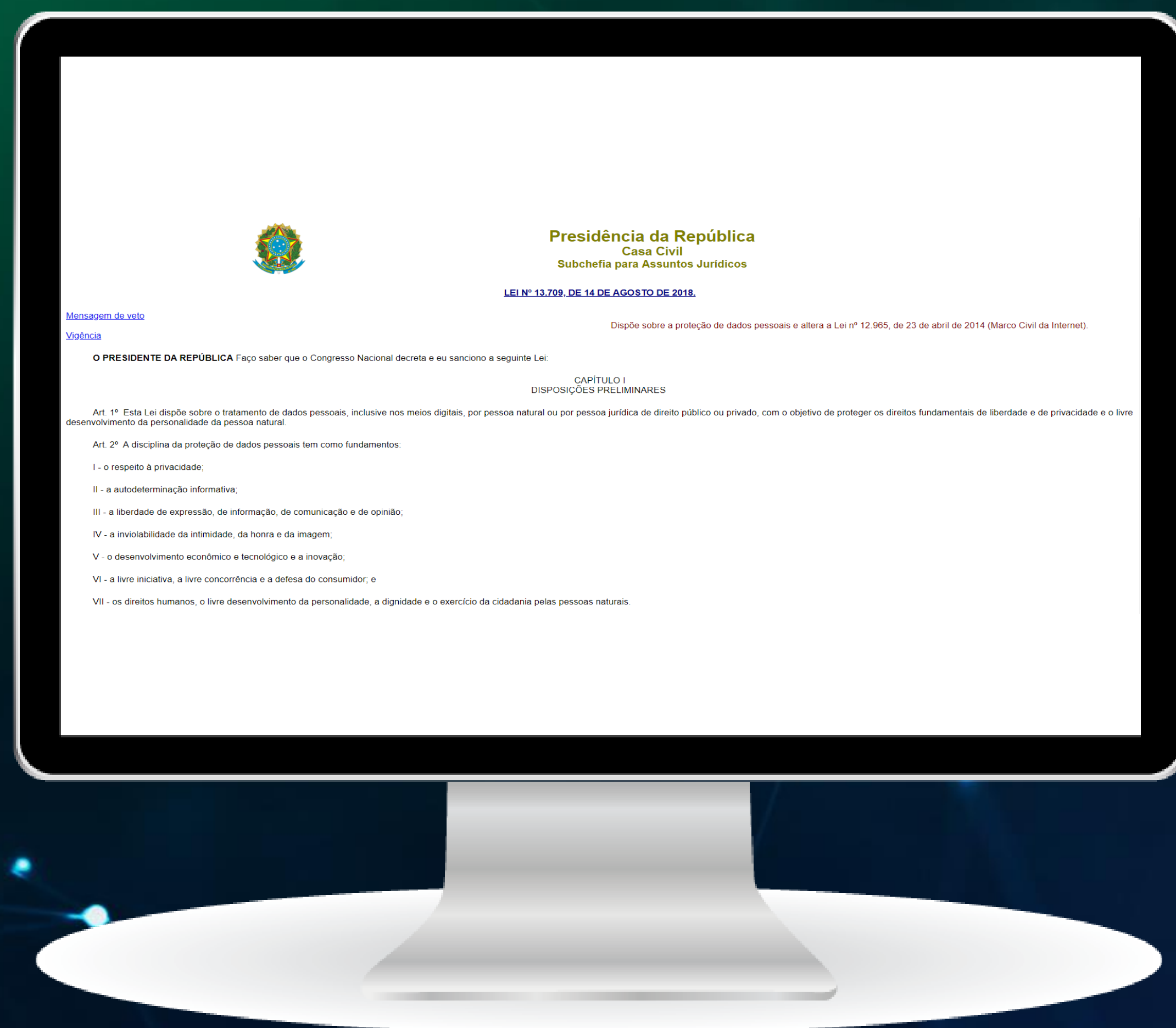
CF / 88



Lei nº 12.965/2014
Marco Civil da Internet



PRINCIPAIS ASPECTOS DA LGPD



✓ Publicada em
15/08/2018.



Início da vigência:
24 meses após
publicação
(16/08/2020)

- ✓ Inspiração no GDPR.
- ✓ Impacta todos os setores e ramos de atividade.

OBJETIVOS



REGRAS PARA
O TRATAMENTO
DE DADOS
PESSOAIS



PROTEÇÃO
PARA OS
DADOS DE
PESSOAS
FÍSICAS



APLICA-SE A
QUALQUER
EMPRESA PÚBLICA
OU PRIVADA OU
PESSOA FÍSICA



APLICABILIDADE

- ✓ Tratamento realizado no **Brasil**;
- ✓ Tratamento com objetivo de **oferta ou fornecimento de bens ou serviços**;
- ✓ Tratamento de dados de **indivíduos localizados no Brasil**;
- ✓ Dados coletados no **Brasil**.



EXCEÇÕES

- Realizado por pessoa física para fins exclusivamente particulares
- Jornalístico e artísticos
- Acadêmicos

- Segurança pública
- Defesa Nacional
- Segurança do Estado
- Atividades de investigação e/ou
- Repressão de infrações penais

Dados provenientes fora do território nacional, desde que não exista comunicação e uso compartilhado com agentes de tratamento brasileiros ou transferência para outro país que não o da proveniência.



- MUDANÇAS
- INOVAÇÃO
- OPORTUNIDADES
- RESPONSABILIDADES

LEI Nº. 13.709,
DE 14 DE
AGOSTO DE
2018. LGPD –
LEI GERAL DE
PROTEÇÃO DE
DADOS





03



FUNDAMENTOS DA LGPD

(ART. 2º)



PRINCIPAIS FUNDAMENTOS

- PRIVACIDADE
- AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA;
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO;
- LIVRE INICIATIVA, LIVRE CONCORRÊNCIA E DEFESA DO CONSUMIDOR

CONCEITOS IMPORTANTES

(Art. 5º)

DADO PESSOAL:



**INFORMAÇÃO
RELACIONADA A PESSOA
FÍSICA IDENTIFICADA OU
IDENTIFICÁVEL.**

EX.: Dados Cadastrais; Data
Nascimento; Profissão, Dados de
Geolocalização; Interesses e
Hábitos de Consumo, etc.

DADO PESSOAL SENSÍVEL (ART. 5º, II)



ORIGEM RACIAL OU ÉTNICA

CONVICÇÃO RELIGIOSA

OPINIÃO POLÍTICA

FILIAÇÃO A SINDICATO OU A
ORGANIZAÇÃO DE CARÁTER
RELIGIOSO, FILOSÓFICO OU
POLÍTICO

SAÚDE OU À VIDA SEXUAL

GENÉTICO OU BIOMÉTRICO



O QUE NÃO É DADO PESSOAL?

> DADO ANONIMIZADO

DADO RELATIVO A TITULAR QUE NÃO POSSA SER IDENTIFICADO, CONSIDERANDO A UTILIZAÇÃO DE MEIOS TÉCNICOS RAZOÁVEIS E DISPONÍVEIS NA OCASIÃO DE SEU TRATAMENTO.

NÃO SERÃO CONSIDERADOS DADOS PESSOAIS, SALVO QUANDO O PROCESSO DE ANONIMIZAÇÃO AO QUAL FORAM SUBMETIDOS FOR REVERTIDO, UTILIZANDO EXCLUSIVAMENTE MEIOS PRÓPRIOS, OU QUANDO, COM ESFORÇOS RAZOÁVEIS (CUSTO – TEMPO – TECNOLOGIA – MEIOS PRÓPRIOS), PUDER SER REVERTIDO (ART. 12).

AGENTES DE TRATAMENTO *(players)*





ANPD

- ✓ Zelar pela proteção dos dados pessoais
- ✓ Editar normas e procedimentos
- ✓ Decidir sobre a interpretação da LGPD, inclusive sobre casos omissos
- ✓ Requisitar informações às empresas que realizam tratamento de dados
- ✓ Implementar mecanismos para o registro de reclamações
- ✓ Fiscalizar e aplicar sanções

O QUE A LEI CONSIDERA COMO TRATAMENTO DE DADOS?



A LGPD APRESENTA UM
AMPLO ROL DAS AÇÕES
QUE SÃO CONSIDERADAS
COMO TRATAMENTO DE
DADOS PESSOAIS.

TIPOS DE TRATA- MENTO



- COLETA
- PRODUÇÃO
- RECEPÇÃO
- CLASSIFICAÇÃO
- UTILIZAÇÃO
- ACESSO
- REPRODUÇÃO
- TRANSMISSÃO
- DISTRIBUIÇÃO
- PROCESSAMENTO
- ARQUIVAMENTO
- ARMAZENAMENTO
- ELIMINAÇÃO
- AVALIAÇÃO
- CONTROLE DA
INFORMAÇÃO
- MODIFICAÇÃO
- COMUNICAÇÃO
- TRANSFERÊNCIA
- DIFUSÃO OU
- EXTRAÇÃO

PRINCÍPIOS

Finalidade



- ✓ Propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados.
- ✓ Impossibilidade de tratamento posterior de forma incompatível.

Adequação



- ✓ Compatibilidade com as finalidades informadas.

Necessidade



- ✓ Limitação ao mínimo necessário para a finalidade.
- ✓ Dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.

Livre Acesso



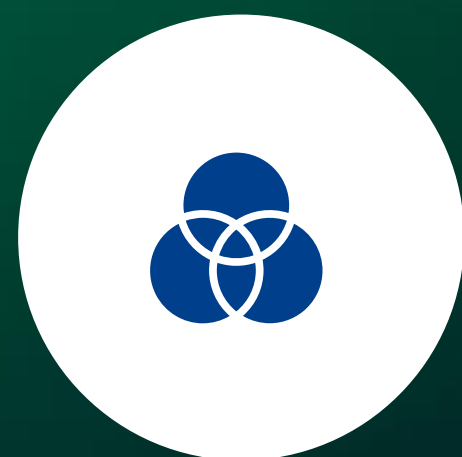
- ✓ Consulta facilitada e gratuita.

Qualidade



- ✓ Exatidão, clareza, relevância e atualização de dados.

Transparência



- ✓ Informações claras, precisas e facilmente acessíveis.

Segurança



- ✓ Medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados.

Prevenção



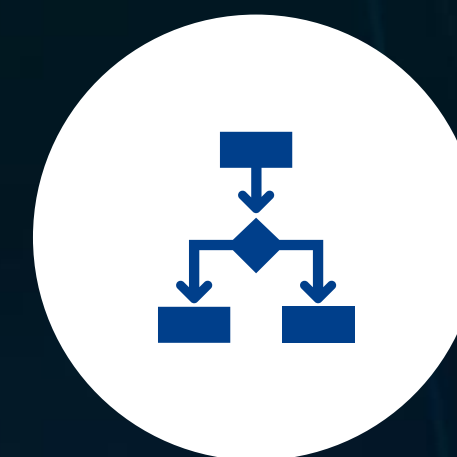
- ✓ Medidas para impedir a ocorrência de danos em virtude do tratamento.

Não discriminação



- ✓ Impossibilidade de tratamento para fins discriminatórios, abusivos ou ilícitos.

Responsabilidade



- ✓ Demonstração de adoção de medidas eficazes para observância da LGPD.

PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

PRIVACY BY DESIGN representa o emprego de mecanismos/soluções de privacidade e segurança durante todo o ciclo de vida dos dados, ou seja, desde a criação do produto/solução.

PRIVACY BY DEFAULT representa a obrigatoriedade de estabelecer como configuração padrão a maior privacidade possível ao titular dos dados.

RELATÓRIO DE IMPACTO: documento do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

BASES LEGAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

9 bases legais para o tratamento de dados além do **consentimento**

Gerais

Cumprimento de **obrigação** legal ou regulatória pelo controlador

Execução de **contrato** com o titular ou procedimentos preliminares

Exercício regular de **direitos** em processo judicial, administrativo ou arbitral

Proteção da vida ou da **incolumidade física** do titular ou de terceiro

Legítimo interesse do controlador ou de terceiro

Setoriais

Pela **administração pública**: para execução de políticas públicas (ADM Pública)

Por **órgãos de pesquisa**: para a realização de estudos (Estudo)

Por profissionais, serviços de **saúde ou autoridade sanitária**: para tutela da saúde (Saúde)

Proteção ao crédito (Setor Financeiro e Similar)

BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

7 bases legais para o tratamento de dados além do **consentimento**

Gerais

Cumprimento de **obrigação** legal ou regulatória pelo controlador

~~Execução de contrato com o titular ou processamento de dados preliminares~~

Exercício regular de **direitos** em processo judicial, administrativo ou arbitral

Proteção da vida ou da **incolumidade física** do titular ou de terceiro

~~Legitimidade de interesse do controlador ou de terceiro~~

Setoriais

Pela administração **pública**: para execução de políticas públicas (ADM Pública)

Por **órgãos de pesquisa**: para a realização de estudos (Estudo)

Por profissionais, serviços de **saúde** ou autoridade **sanitária**: para tutela da saúde (Saúde)

~~Proteção do crédito (Setor financeiro e Similar)~~

Prevenção à fraude e à segurança do **titular**, nos processos de identificação e autenticação em sistemas eletrônicos

CONSENTIMENTO

SERÁ SEMPRE NECESSÁRIO

DIREITO DOS TITULARES

CONFIRMAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE TRATAMENTO



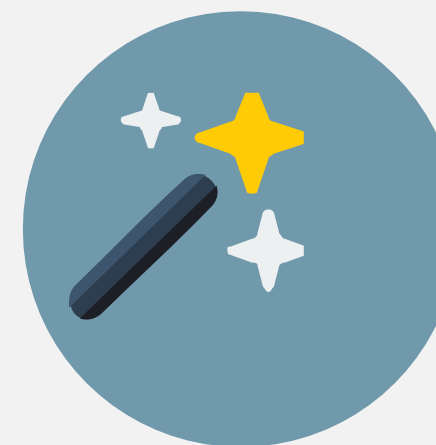
Simplificada e imediatamente; ou em 15 dias por declaração completa

ACESSO AOS DADOS



Armazenamento em formato que favoreça o acesso

CORREÇÃO



Dados inexatos, incompletos ou desatualizados

ANONIMIZAÇÃO, BLOQUEIO OU ELIMINAÇÃO



Dados excessivos

PORTABILIDADE



Para outro fornecedor mediante requisição expressa – regulação da ANPD

DIREITO DOS TITULARES

ELIMINAÇÃO



**INFORMAÇÃO SOBRE
COMPARTILHAMENTO**



**INFORMAÇÃO
SOBRE A
POSSIBILIDADE
DE NÃO
FORNECER
CONSENTIMENTO**



**REVOGAÇÃO DO
CONSENTIMENTO**



**REVISÃO DE
DECISÕES
AUTOMATIZADAS**



TÉRMINO DO TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO



Atingida a finalidade.



Dados não mais necessários ou pertinentes à finalidade.



Fim do período de tratamento.



Comunicação do titular, resguardado o interesse público.



Determinação de autoridade nacional.



INCIDENTES DE SEGURANÇA (*data breach*)



Quando comunicar?

- ✓ Incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.
- ✓ Em prazo razoável.
- ✓ À Autoridade Nacional e aos titulares afetados.

INCIDENTES DE SEGURANÇA (*data breach*)



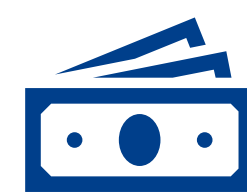
Conteúdo mínimo de comunicação:

- ✓ Descrição da natureza dos dados.
- ✓ Informações sobre os titulares envolvidos.
- ✓ Medidas técnicas e de segurança de proteção adotadas.
- ✓ Riscos relacionados ao incidente.
- ✓ Motivo da demora caso comunicação não imediata.
- ✓ Medidas adotadas para reverter ou mitigar.

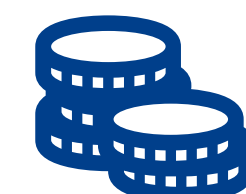
DESCUMPRIMENTO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Advertência com
prazo para correção.



Multa de até 2%
do faturamento.
Limite R\$ 50.000.000,00.



Multa diária.



Eliminação dos dados
pessoais a que se refere
a infração.



Bloqueio e/ou
eliminação dos
dados pessoais.



Publicização
da infração.

RESPONSABILIDADE E RESSARCIMENTO DE DANOS

EXCLUDENTES: (ART. 43)

OS AGENTES DE TRATAMENTO SÓ NÃO SERÃO
RESPONSABILIZADOS QUANDO PROVAREM:

QUE NÃO REALIZARAM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
QUE LHE É ATRIBUÍDO;

NÃO HOUE VIOLAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE
DADOS; OU

QUE O DANO É DECORRENTE DE CULPA EXCLUSIVA DO
TITULAR DOS DADOS OU DE TERCEIRO.

04

A ADEQUAÇÃO DO SPC BRASIL

O SPC Brasil já está atento às mudanças e vai estar cada vez mais preparado para oferecer um serviço seguro e de qualidade para todo o sistema CNDL.



MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO À NOVA LEI

1

Conscientização

2

Data Mapping
(questionários,
entrevistas,
fluxos)

3

Definição de
bases legais

4

Gap analysis

5

Implementação
(LIA, DPIA,
DPA etc.)



RESUMO

Aspectos gerais acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

As medidas que já estão sendo adotadas pelo SPC Brasil;

O advento de uma nova cultura.

OBRIGADA!

Departamento jurídico

Denielle Oliveira Gil

denielle.oliveira@spcbrasil.org.br

11 3549-6800 ramal 6020